

Perspectivas actuais da Historiografia medieval Espanhola – J. A. Garcia de Cortázar

José Mattoso

A historiografia espanhola do século XX realizou grandes progressos no domínio dos estudos medievais. São bem conhecidos os nomes de Claudio Sánchez Albornoz e Ramón Menéndez Pidal. De uma geração um pouco mais recente, e com centros de interesse menos amplos, podem associar-se-lhes nomes como os de J. M. Lacarra, Ramón d'Abadal, García Gallo, L. García de Valdeavellano, e tantos outros. Dependentes, em boa parte, da escola alemã, mais por intermédio de historiadores do Direito, como Hinojosa, e de filólogos como F. Wolf e Milá y Fontanals, do que por relação directa, estes autores criaram uma escola própria, relativamente independente, por exemplo, da escola francesa e sobretudo da escola marxista. Embora apoiados numa excelente análise documental, conhecedores seguros dos textos e da sua interpretação filológica, com uma informação muito vasta, tendiam para uma exaltação nacionalista, privilegiavam os fenómenos culturais, a história das instituições (não apenas jurídicas, mas também sociais) os elementos políticos e religiosos. Para estes autores, os fenómenos económicos e demográficos, mesmo quando cuidadosamente estudados, não tinham geralmente uma função determinante, as lutas sociais eram quase ignoradas ou mesmo propositalmente classificados como fenómenos secundários, a ideologia dominante era considerada isoladamente das suas causas ou condicionantes sociais e económicas.

Não admira, portanto, que, apesar da oposição intransigente de alguns destes autores ao regime franquista, como foi, particularmente o caso de Sánchez Albornoz, a historiografia oficial espanhola dos anos 40 não tentasse de modo algum demarcar-se destas posições, antes pelo contrário. Até aos anos 60, nem mesmo a historiografia francesa da escola dos *Annales* teve qualquer influência decisiva sobre os historiadores espanhóis, ao menos os medievalistas. Vicens Vives, que, de resto, não era um medievalista, constitui uma excepção. A partir deste ano, porém, começaram a aparecer entre eles não poucas tentativas de renovação, algumas das quais, até, decididamente orientadas para interpretações materialistas. O que é mais ainda, estas iniciativas não partiam apenas de autores marginalizados e frontalmente combatidos pelos historiadores consagrados por academias e universidades; lograram penetrar

nas próprias instituições oficiais de ensino, e, de uma maneira mais ou menos clara, abordar temas e questões até então consideradas tabu pelos adeptos da ideologia estabelecida. Surgiram, assim, a escola de Barcelona, que sob a orientação de E. Sáez, e parcialmente inspirada por Vicens Vives, enveredou por análises de grande valor técnico sobre temas económicos, embora sem tomar posição definida do ponto de vista interpretativo. Um pouco mais tarde, a de Salamanca, onde José Luís Martín, discípulo de Sáez, depois de ter ele próprio abordado temas de história económica e de apresentar interpretações baseadas, ao menos parcialmente, em pressupostos materialistas e de oposição de classes, dirigia teses de orientação confessadamente materialista (como a de Salustiano Moreta Velayos, *El monasterio de San Pedro de Cardeña. Historia de un dominio monástico castellano*, Salamanca, 1971). Podem-se referir, logo a seguir os trabalhos realizados e dirigidos por Julio Valdeón Barúque em Sevilha sobre as lutas sociais do fim da Idade Média e os de José Angel García de Cortázar primeiro em Salamanca e depois em Santiago de Compostela sobre economia rural, e os de Salvador de Moxó em Madrid sobre os senhorios. Acontecia isto num momento em que alguns dos próprios discípulos de Sánchez Albornoz iniciavam trabalhos com orientações semelhantes e que eram difundidos até pela própria revista do mestre, os *Cuadernos de Historia de España*. Referimo-nos particularmente a Reyna Pastor de Togneri.

Longe de pretender dar uma visão de conjunto das novas tendências dos medievalistas espanhóis, quero apenas apresentar um deles, José Angel García de Cortázar, que aparece assim enquadrado num vasto movimento, extremamente fecundo e promissor, cheio de ensinamentos e sugestões para o nosso país. Com efeito a nossa historiografia medieval ignora ainda estes trabalhos e está muito longe de revelar a mesma vitalidade.

García de Cortázar é justamente, de todos os mencionados, o que tem uma obra com perspectivas mais vastas e mais directamente consagrada aos leitores universitários e ao público interessado em tais assuntos. É também, porventura, o mais polémico, porque ousou tentar uma síntese completa e claramente interpretativa de toda a Idade Média espanhola. A sua obra tem o maior

interesse pedagógico e é da maior utilidade para conhecer o termo de comparação mais imediato com a nossa própria História, cujo enquadramento peninsular não devia faltar nunca.

Queremos, por isso, apresentar aqui duas das suas obras e um pequeno artigo de orientação metodológica, e fazer uma breve referência a alguns trabalhos de investigação por ele orientados.

Antes disso, porém, tracemos um breve itinerário da sua obra científica. Estreou-se no campo da investigação com um trabalho de história económica e social sobre a província de Biscaia no século XV (*Vizcaya en el siglo XV. Aspectos económicos y sociales*, Bilbao, 1966). Três anos depois aparecia a sua tese de doutoramento em Salamanca, que já não tomava como balizas cronológicas a Baixa Idade Média, mas a Alta, e como limite geográfico, não uma província, mas o domínio monástico de San Millán de la Cogolla, na Rioja: *El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (Siglos X a XIII). Introducción a la historia rural de Castilla altomedieval*, Salamanca, 1969. O seu gosto pelos problemas gerais, porém não desaparece, longe disso, porque, como diz o subtítulo, toma esta investigação como uma introdução à história rural de Castela. Logo a seguir, prova a sua capacidade de relação da história peninsular com a do Ocidente, publicando uma *Historia general de la Alta Edad Media* (1972). No ano seguinte aparece a sua inovadora *La época medieval*, como segundo volume da *Historia de España Alfaguara* (Ed. Alfaguara, Madrid, 1973). Entretanto tinha desempenhado papel importante na direcção de uma das secções do Congresso de Metodologia Aplicada das Ciências Históricas, organizado pela Universidade de Compostela e pronunciava uma importante comunicação: «La economía rural medieval: un esquema de analisis histórico de base regional» (publicado no vol. II das *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*, Universidad de Santiago de Compostela, 1975, pp. 31-60). Como dirigente do departamento de História Medieval da Universidade de Santiago, contava já nessa altura com um excelente grupo de trabalho sobre história rural, que havia já publicado duas teses de licenciatura: um *Guia para el estudio de la Edad Media Gallega*, de Santiago Jiménez Gomez (Universidad de Santiago, 1973), e *El bajo valle del Miño en los siglos XII y XIII. Economía agraria y estructura social*, de María del Carmen Pallares Mendez e Ermelindo Portela Silva (*ibid.*, 1971). No mesmo congresso, estes discípulos apresentavam respectivamente uma «Análisis de la terminología agraria en la documentación lucense del siglo XIII» (*Actas cit.*, pp. 115-133) e «Aproximación al estudio de las explotaciones agrarias en Galicia durante los siglos IX al XII» (*ibid.*, pp. 95-113).

Se o manual Alfaguara devia, até certo ponto, ser considerado uma síntese do que a historiografia hispânica alcançara, podia-se considerar também como um ponto de partida para novas investigações, que, por outro lado, o Autor empreendia, orientando os seus discípulos no Departamento de História Medieval de Santiago. Para os alunos universitários publicou uma grande colecção de textos históricos classificados segundo um plano inovador e que analisaremos em

seguida (*Nueva Historia de España en sus textos. Edad Media*, Ed. Pico Sacro, Santiago de Compostela, 1975). Finalmente, um dos discípulos de Cortázar publicava como tese de doutoramento um trabalho de grande fôlego que aplicava o modelo apresentado pelo mestre nas Jornadas de Metodologia três anos antes: E. Portela Silva, *La región del obispado de Tuy en los siglos XII a XV. Una sociedad en la expansión y en la crisis* (Santiago de Compostela, 1976).

A enumeração que acabamos de apresentar mostra só por si a vastidão e o interesse da obra em pouco tempo realizada por García de Cortázar nos dois planos da investigação e da divulgação de nível universitário. Vamos analisar em seguida as principais obras do segundo grupo, deixando para outro lugar a análise da mais importante obra de investigação dirigida por ele, a tese recém-publicada sobre o bispado de Tuy.

Como ponto de partida desta breve análise, fazemos notar a correcta orientação e o valor pedagógico da atitude científica que consiste em começar por elaborar uma vasta síntese, primeiro de toda a Idade Média ocidental, e depois da Idade Média espanhola, antes de abordar a investigação sistemática no âmbito da «mínima unidade inteligível» em história medieval, que é a «região». Esta aparece, assim, ao mesmo tempo, como um todo, com a sua vida e evolução próprias, e como uma unidade de um sistema mais vasto, do qual não é de modo algum independente. Cria-se, portanto, a possibilidade de analisar profundamente e de uma maneira sistemática, um conjunto documental coerente e suficientemente limitado para suportar a observação mais detalhada; e por outro lado abre-se o caminho à descoberta das repercussões dos fenómenos gerais no campo regional e das variantes peculiares desse mesmo campo. Afasta-se o risco da observação estreita e da deformação resultante da análise em circuito fechado, como seria a que se fizesse da região, isoladamente do país, e abre-se o caminho a avanços decisivos no conhecimento do passado.

O manual de história medieval espanhola é, como dissemos, o mais inovador e polémico livro de Cortázar, porque ousa romper com sínteses já consagradas e propor novas interpretações globais para um grande período histórico. Não o podia fazer sem tomar implicitamente uma posição historiográfica que convém definir à partida.

O Autor nunca fez nas suas obras uma declaração expressa acerca dos pressupostos da sua interpretação científica. Mas não é difícil descobrir a sua inspiração na escola francesa dos *Annales*. As suas frequentes referências à «história total», a insistência na necessidade da análise pluridisciplinar, a preocupação constante de não esquecer os aspectos económicos, sociais, políticos e culturais, a acusação frequente aos historiadores de perspectivas predominantemente factológicas ou institucionalistas, o relevo dado aos fenómenos sociais, mesmo que dependentes de condições económicas e geográficas, o cuidado posto na observação da realidade geográfica e dos dados demográficos, tudo isto são elementos comuns a essa mesma escola. Por isso não admira que, por exemplo, no mais recente dos livros apontados, a tese de Ermelindo Portela, este autor invoque expressamente como modelos da

sua história regional as conhecidas teses de Duby sobre a região de Mâcon e de Fossier sobre a Picardia.

Não quer isto dizer que siga servilmente os referidos modelos e se limite a aplicá-los ao meio peninsular. Procura mesmo evitar a sua «tradução» literal do francês, defeito de que acusa alguns trabalhos recentes da historiografia espanhola, no seu prólogo ao livro de Ermelindo Portela. Radica, certamente, na mesma atitude de esforço original o facto de preferir, geralmente, invocar bibliografia inglesa do que francesa, como se torna evidente, por exemplo, no estudo metodológico apresentado nas actas das Jornadas de Metodologia acima citadas. Isto permite-lhe estar atento à variedade de situações nacionais e evitar a ilusão de encontrar sempre os mesmos fenómenos em contextos diferentes. É certamente pela mesma razão que Cortázar parece evitar sistematicamente a invocação de um autor determinado, seja ele L. Lefebvre, Marc Bloch, F. Braudel, G. Duby ou R. Fossier.

Tentando ir um pouco mais ao fundo da questão, para encontrar os conceitos fundamentais utilizados, uma vez que, mesmo dentro da escola dos *Annales* as opções dos autores nem sempre coincidem, podemos, certamente, descobrir nele uma posição prevalentemente materialista, isto é, o princípio básico de que os factores económicos são determinantes do processo histórico e de que os conflitos sociais são os factos mais importantes desse mesmo processo. Não quer isto dizer que García de Cortázar se limite a falar apenas dos factores económicos como causadores de todos os factos históricos, muito menos que se apresente como um aplicador mais ou menos cego de um esquema determinista ou mecânico. Tem demasiada consciência do concreto e da complexidade histórica para ceder a soluções simplistas ou grosseiras.

Seria deslocado, numa simples apresentação de um autor que não faz ele próprio declarações expressas acerca das suas posições teóricas, ir mais longe do que isto. Correríamos o risco, sem uma análise muito detalhada da sua obra, situar com mais precisão a posição historiográfica deste Autor perante a antinomia materialismo-idealismo, história marxista - história burguesa, ou, com mais rigor, até que ponto ele tenta (e consegue!) superar esta antinomia. Porque, de facto, tenta superá-la, como veremos adiante.

Uma coisa é certa, uma vez ultrapassado o nível primário das questões que aflorámos: Cortázar interessa-se mais por questões de métodos do que por conceitos teóricos; mais, por problemas concretos, situados no tempo e no espaço, do que por questões de princípio. É neste plano que tem alguma coisa a dizer como historiador e como pedagogo.

Assim, por exemplo, no seu livro sobre a Idade Média espanhola, preferiu tentar encontrar os porquês do que essa história nacional tem de próprio, de específico, do que verificar como se comportam nesse espaço-tempo os mecanismos gerais do processo histórico. Neste ponto, preferimos servir-nos das suas próprias palavras: «Apesar da grande importância que teve para o desenvolvimento peninsular a dominação visigótica e a presença árabe, o dado crucial que caracteriza a época medieval [espanhola] é a formação, a partir do século XI, da sociedade hispano-cristã [...] As

bases dessa nova comunidade [são]: débil demografia, ruralismo, hierarquização, debilitamento progressivo dos vínculos familiares e senhoriais, aparecimento de núcleos de burguesia (mais fortes na Catalunha do que em Castela), tendência para a construção de unidades políticas cada vez maiores e mais centralizadas. O regime senhorial, baseado em tais fundamentos, alcança o seu cume de eficácia social em meados do século XIII. Confrontado com novas dificuldades durante os dois séculos seguintes, o sistema vê-se obrigado a realizar as adaptações necessárias para a sua sobrevivência, particularmente difíceis e custosas na Catalunha. Desta maneira, Castela encontrar-se-á em finais do século XV em melhores condições — geográficas, demográficas e económicas — para empreender em seu próprio benefício a formação do Estado unitário espanhol.» Estas palavras mostram bem a importância que o autor dá ao sistema «senhorial» (note-se bem a utilização deste termo em vez de sistema «feudal»), com as características próprias que assume na Espanha, devido às lutas da Reconquista e aos esforços do Repovoamento. O sistema senhorial, porém, não é examinado e explicado numa perspectiva jurídico-institucional, mas numa perspectiva de relações entre classes sociais e entre detentores dos meios de produção.

A maneira como resume, em termos muito sintéticos a fase final da Idade Média, no volume de textos históricos, é bem significativa das posições do Autor: «Nos séculos XIV e XV, os membros poderosos da sociedade hispano-cristã, que, dentro do âmbito do sistema senhorial alcançou, no fim do século XIII, o limite da eficácia, dispõem-se a manter o seu estatuto de poder e de riqueza, para o que se deverão dedicar a uma sistemática defesa dos seus níveis de renda e, quando isso não for suficiente, à criação de novos modelos de apropriação da mesma, tirando-a das mãos de quem a possua. Isto explica, por sua parte, a debilidade dos grupos mais humildes da sociedade — inclusive a debilidade biológica —, como se verifica quando é parcialmente assolada pelas fomes e pestes do século XIV, em virtude das quais se observa uma redistribuição da população e uma tendência para a especialização da produção agrária com uma intensificação da actividade comercial; nada disto satisfaz plenamente a aristocracia, que aspira, através de uma intensificação da sua pressão senhorial, sobretudo fiscal, sobre os habitantes dos seus domínios, e o estabelecimento, a nível político, de um pacto com o titular do poder nos distintos reinos, que aspira a implantar definitivamente o seu poder e o seu próprio estilo de vida na Península. Contra isto reagem energicamente tanto a população urbana como a monarquia, eventualmente aliadas por motivos táticos contra a nobreza terratenente. No final do século XV, se por um lado conseguem dominá-la politicamente, consagram-na socialmente como força dirigente do novo Estado espanhol que nasce com os Reis Católicos (p. 14).»

O estudo da formação e do funcionamento do sistema senhorial constituem, por isso mesmo, o tema a que García de Cortázar dedica o maior número de páginas. Começam aqui as mais importantes divergências de opinião, que me impedem de dar uma total adesão à sua síntese. Pela minha parte, duvido que a organização senhorial defina de um modo tão total e absoluto a Idade

Média peninsular. Parece-me que estão ainda por estudar, de uma maneira aprofundada, sob o ponto de vista do conflito entre dois sistemas de produção diferentes, a luta entre o sistema senhorial e o sistema concelhio. A própria limitação dos recursos humanos, bélicos e económicos da nobreza perante a magnitude da empresa da Reconquista, impede-a de dominar imediatamente os territórios recém adquiridos. Em Portugal, pode-se afirmar mesmo, que ela tarda a interessar-se seriamente por esses territórios, ao contrário, evidentemente, do rei. Em termos esquemáticos, num primeiro tempo, só se fixam no Centro e Sul os filhos segundos, os bastardos, os membros da nobreza inferior. É preciso esperar os meados do século XIII para ver a aristocracia que apoia Afonso III talhar para si vastos latifúndios e organizá-los à maneira senhorial. Mesmo as ordens militares, que adquirem tão largos territórios por concessão régia, começam por respeitar a organização concelhia, e só lentamente se aproveitam da capacidade de nomearem os funcionários municipais para transformarem os concelhos em senhorios, sem modificarem juridicamente o estatuto que os rege. Há muitos territórios em que os nobres mal chegam a penetrar, onde continua a predominar a pequena propriedade livre até ao século XV (por exemplo em Arruda dos Vinhos, como mostrou Oliveira Marques; em Torres Vedras, como se verifica, no princípio do século XIV, através do cadastro estudado numa tese de licenciatura inédita da Faculdade de Letras de Lisboa). Não apenas, portanto, em meios urbanos, mas também em meios rurais.

Nestes territórios, os homens bons dos concelhos vão aumentando o poder económico, a posição social e mesmo a influência política — não apenas a nível local, através das magistraturas municipais, mas também a nível nacional, através da representação em cortes. Se aqui, como em Espanha, os nobres vão adquirindo também vastos territórios a Centro e Sul, se finalmente a base do poderio económico da aristocracia dos séculos XIV e XV se situa, porventura, mais nestas regiões do que no Entre Douro e Minho, donde procedem, isto não se faz, certamente, sem resistências, sem conflitos, sem avanços e recuos. Convém, portanto, não minimizar a importância dos concelhos, não considerar implicitamente a Espanha dominada só pelo sistema senhorial. É possível, mesmo, que não se possam explicar alguns dos fenómenos peculiares da Idade Média peninsular senão tendo em conta a coexistência, e depois a luta, entre os dois sistemas. Se, como diz o Autor, o concelho não representa uma instituição sem luta de classes, isso não quer dizer também que não constitua a forma de organização mais eficaz (dentro dos limites do possível) contra o assalto da nobreza a todos os meios de produção. Assalto que não implica apenas um conflito entre nobreza rural e burguesia urbana (aspecto do conflito em que o Autor mais insiste, quando fala das lutas dos séculos XIV e XV), nem apenas entre senhores e camponeses (seus subordinados), mas também entre senhores e proprietários rurais livres, entre senhores e concelhos, como alguns factos que o Autor apresenta (por exemplo na p. 431) dão a entender. Não podemos, pois, deixar de considerar insuficientes as páginas que Cortázar consagra aos concelhos — à sua origem e evolução, à sua estrutura, ao repartimento social

e económico dentro deles — na sua *Época medieval*. Ou melhor — porque ele não pôde preencher todas as lacunas da historiografia peninsular — que são insuficientes os estudos feitos até agora destes temas.

Com isso quero apenas significar que considero importante estudar vários fenómenos da história peninsular a partir desta hipótese de trabalho, válida, certamente para o caso português, mas que a minha ignorância da história espanhola, me não permite apresentar senão como sugestão.

Outras discordâncias são relativamente secundárias. Assim, por exemplo, parece-me também insuficiente o que se diz acerca da participação das classes populares na Reconquista. Se, do ponto de vista táctico, é verdade, como diz o Autor, que «a infantaria se reduz notavelmente em favor da cavalaria» a partir do século XI (p. 159), não se pode, longe disso, ignorar a participação dos peões, e mesmo a sua importância quantitativa, só porque as fontes da época, de origem aristocrática, falam pouco neles. Mesmo assim, não deixam de se lhes referir. Assim, por exemplo, a *Chronica Adefonsi Imperatoris* fala em *mille milites electi et instructi, fortibus armis, de Avilia et de Secovia cum magna turba peditum*, que atacaram Córdova e combateram com o rei Texufin (n.º 117, ed. L. Sánchez Belda, p. 91). Logo a seguir ao descrever as campanhas conduzidas por Rodrigo Gonçalves a partir de Toledo, fala também do exército que ele reuniu para atacar Sevilha, com cavaleiros e peões de Toledo e doutras cidades (*id.*, n.º 119, p. 93). Pouco depois, relata o ataque de Texufin ao exército cristão na região de Badajoz, e diz que foram mortos todos os cavaleiros e peões e só escaparam os que conseguiram fugir a pé (n.º 123, p. 97). Os de Salamanca, porém, não se deram por vencidos, e reorganizaram o exército: *et civitas Salamantie facta est magna et inclita militum et peditum, et dives valde* (*ib.*, n.º 124, p. 98). Etc. Procurando bem, não deixariam, provavelmente de se encontrar muitos testemunhos da participação dos peões na Reconquista. Outra coisa, de resto, não seria de esperar, se é certo, como pensa o Autor, que a Reconquista não se pode separar do surto demográfico cristão dos séculos X a XII. Se é assim, pode-se esperar que, em princípio, sejam os excedentes demográficos, os marginalizados, os que não encontram sustento suficiente nas suas terras, que alimentam os exércitos atacantes e as milícias dos concelhos. Estas devem ser, sobretudo nos primeiros tempos, constituídas, em grande parte, por peões. Os cavaleiros vilãos talvez pouco mais sejam do que corpos de *élite* ou elementos que enquadram o grosso do exército.

Quero referir-me também aos termos em que Cortázar fala da estrutura da família e da sua evolução entre os séculos X e o XIV. Se considero extremamente positiva a importância fundamental que ele lhe dá em vários pontos da sua obra, nem sempre me parece fazê-lo em termos suficientemente claros. É o que acontece, por exemplo na p. 181 quando fala, vagamente, de família larga, composta por tios, primos, etc., sem especificar que esta família larga podia ser de estrutura cognática ou agnática, visto que a primeira implicava formas de solidariedade familiar e de sucessão hereditária diferentes das da segunda. Não é apenas a fragmentação

da família extensa em famílias nucleares que provoca a ruptura dos antigos laços sociais, é também a adopção do esquema agnático e a sucessão masculina, que permitem, por exemplo, a constituição de fortunas familiares de proprietários livres e de linhagens de «homens bons», com um poder local assegurado pela acumulação da fortuna através das gerações. Parece-me igualmente equívoco afirmar, como se faz na p. 423, que a estrutura agnática da família faz depender a riqueza do número de parentes. Pela minha parte penso, pelo contrário, que quando se abandona a estrutura cognática para adoptar a agnática, é justamente para excluir os colaterais da participação na herança e para permitir a preservação da unidade patrimonial numa linha sucessória única (evidentemente masculina). Na estrutura cognática, são as alianças por dupla linha masculina e feminina e a igualdade dos filhos na herança que fazem com que a riqueza dependa efectivamente do número de parentes. Isto, evidentemente, com uma demografia relativamente estável, porque os fortes excedentes populacionais podem levar o excessivo do número de membros da família a abandonar o esquema, ou pelo menos a adoptar sistemas de defesa, como a endogamia, as alianças de linhagens através das gerações, a limitação da natalidade. Consequentemente, se é importante a fragmentação da família larga, não é menos a generalização da estrutura agnática, tanto entre os nobres como entre os burgueses. Mas aqui, de novo, creio que as limitações provêm da carência de estudos sobre este tema, muito pouco explorado na Península.

Não queria também deixar de notar uma afirmação feita de passagem, e que atribui a iniciativa das inovações técnicas do século XI aos senhores e não às classes inferiores (p. 181-182). Pela minha parte seria levado a pensar exactamente o contrário, pelo menos quanto a inovações menos dispendiosas. Duvido que os hábitos absentistas dos senhores, o seu habitual desinteresse pela administração directa, a tendência para encurtarem os limites da reserva, a falta de estímulo devido à abundância de bens, constituíssem condições muito favoráveis à procura e invenção de novos recursos para aumentar a produção. Mas este problema é certamente de resolução difícil no estado actual da investigação, e sê-lo-á talvez ainda durante muito tempo, dada a escassez das fontes para poder resolvê-lo. De toda a maneira, é uma questão da maior importância pela sua incidência sobre a luta de classes.

Voltando ao problema central do regime senhorial, que, como vimos tanto preocupa o autor (e com razão), gostaria de apontar os inconvenientes da terminologia utilizada por Cortázar. Com efeito, ao chamar ao *domínio* «senhorio territorial», para o distinguir do «senhorio pessoal», isto é a protecção, e da «senhoria jurisdiccional», isto é da senhoria propriamente dita, que é o exercício do *banum* dentro de um determinado território, penso que contribui para obliterar a noção fundamental de que o senhorio é o exercício do poder público por um particular. Como tal, devia-se distinguir claramente dos direitos decorrentes da propriedade fundiária. Mesmo tendo em conta que a propriedade dominial de um nobre implica o exercício de direitos senhoriais dentro do seu âmbito, e que a protecção implica o exercício desses mesmos direitos sobre as pessoas protegidas,

parece que teria vantagens utilizar os termos claramente diferentes de «domínio», para designar a propriedade, «protecção» para os direitos sobre os encomendados, e «senhoria» para o território onde se exercem os direitos públicos. Não havendo qualquer diferença de natureza entre a jurisdição exercida em virtude da propriedade dominial, dentro ou fora dela, os qualificativos utilizados só me parecem servir para obscurecer a questão. Pelo contrário, existindo também direitos que derivam da propriedade e não da jurisdição, convém distingui-los claramente como dominiais.

Queria finalmente referir-me aos termos em que Cortázar fala da «cultura de massas» (p. 359). A seu ver, exprime-se por intermédio das narrações juglarescas, das representações teatrais, da pregação e das expressões pictóricas e escultóricas das igrejas. Parece-me isto um equívoco, porque as narrações juglarescas, assim como as outras expressões apontadas, servem também para difundir nas massas a ideologia da classe dominante, e só raramente exprimem com alguma verdade a cultura popular. Para descobrir a expressão realmente popular, é preciso recorrer aos contos tradicionais, às farsas ou facécias, às cantigas das romarias, às festas de loucos, e aos mitos. Podem mesmo, por vezes, distinguir-se, entre os contos, os que exprimem a ideologia burguesa, cidadina, e a ideologia vilã, rural. No mesmo sentido, parece-me ser prova de uma concepção minoritária da cultura, supor que as representações teatrais do tipo «escárneo» derivam do tropo litúrgico. Se porventura imitam ou parodiam temas e figuras da liturgia, entroncam certamente mais em antigos rituais ou festas pagãs que criavam um espaço ou um tempo em que era permitido infringir colectivamente as convenções estabelecidas. Esta atitude permissiva, mesmo temporária, foi sempre mal vista pela Igreja oficial, que, quando muito, tolerava de mau grado e como um mal menor estas manifestações catárticas.

Ainda dentro do mesmo capítulo, não partilhámos o pessimismo do Autor, que afirma: «o processo de culturização da maioria pela pregação escapa-nos por completo (p. 362).» Na realidade não faltam nem as *artes predicandi* nem as colectâneas de sermões nem os *exempla* redigidos com o fim de fornecer aos pregadores material parenético facilmente apreensível pelo povo. Das *artes* de Raimundo Lull e de Martinho de Córdova no século XIV, aos sermões de Martinho de León, de Fr. Paio de Coimbra e de Santo António de Lisboa no século XIII ou de S. Vicente Ferrer no século XIV, dos «exemplos» latinos de Pedro Afonso (*Disciplina clericalis*) aos castelhanos do *Libro de los Exemplos por A.B.C.*, a matéria de estudo disponível é variada e abundante. Se porventura as análises não estão feitas, a possibilidade existe, e seria certamente do maior interesse verificar como é que os pregadores adaptavam para o povo a doutrina cristã, que conceitos e processos não eruditos utilizavam para conseguirem comunicar com as massas.

Estes exemplos de discordância, todavia, são bastante superficiais. Não atingem o essencial da excelente síntese de Garcia de Cortázar, nem lhe diminuem o mérito. As suas excepcionais qualidades superam-nas de longe. Com efeito, aliam-se na sua obra o rigor e a vastidão de informações com o arrojo da interpretação,

a capacidade para encontrar em bibliografia realizada com outras intenções dados e indícios de movimentos profundos, e ao mesmo tempo a invulgar capacidade para relacionar entre si os diferentes sectores da realidade histórica e para deduzir de elementos aparentemente pouco expressivos o seu verdadeiro significado. Para definir de uma maneira muito esquemática as melhores qualidades da obra de Cortázar poderia, talvez, dizer-se que ele possui em alto grau o sentido da conjuntura. Qualidade sem dúvida muito importante, para compensar os defeitos da tradicional historiografia medieval espanhola, demasiado preocupada com o funcionamento das instituições. Tudo isto se alia, finalmente, a um conhecimento muito completo dos métodos de análise modernos, como a cartografia histórica, a topografia, a demografia, a análise das séries de dados, etc. Não podemos, portanto, deixar de o recomendar aos estudantes e investigadores portugueses que desejem inspirar-se na realidade peninsular, para situar no seu quadro histórico imediato a história nacional. Para o recomendar, também, aos investigadores que desejam alargar as suas perspectivas e encontrar sugestões para novos campos de análise da nossa documentação medieval.

Deste ponto de vista, a antologia de textos medievais oferece um excelente complemento, tanto para os estudantes, como para os investigadores. Tanto mais que se apresenta com características igualmente exemplares.

Exemplares, com efeito, dada a grande quantidade de textos apresentados, os critérios de selecção, a variedade dos exemplos, a classificação e a apresentação.

Não se trata de uma selecção de trechos isolados do contexto, mas de documentos inteiros (excepto as crónicas, códigos legislativos e obras doutrinárias). São apresentados sem análise de cada um deles, mas com breves sínteses históricas dos períodos em que se agrupam, e com cinco exemplos de comentários que podem servir de modelo a outras análises.

As melhores qualidades consistem, a meu ver, na selecção e classificação. Desde vários trechos de crónicas e anais a documentos de arquivo, de capítulos de cortes a genealogias, de leis régias a poesias, de constituições episcopais a apontamentos de contabilidade, de foros a tratados agrícolas, de cadastros de habitantes a obras religiosas, todos os géneros de documentos escritos estão representados. É pena que não apareçam exemplos de documentos gráficos, como planos de cidades ou de distribuição de campos, mapas e fotografias aéreas, iluminuras que representem armas ou instrumentos agrícolas, etc.

Apesar de os textos serem oferecidos sem comentários, a classificação é já de si eloquente. Porque o Autor não se limita a apresentá-los por ordem cronológica; ordena-os por assuntos. Entre estes, predominam os temas de ordem económica e social, como por exemplo «O *contrôle* do território [cristão] e o endoutrinamento dos seus habitantes»; «Os elementos de base do fortalecimento demográfico e bélico [na época da Reconquista]»; «Programação da empresa reconquistadora e renovação dos exércitos cristãos»; «Dissolução da família larga e aparição de novas garantias reais»; «A formulação doutrinária de preeminência do príncipe e do vínculo de natureza sobre o de vassalagem»; «A persistência dos velhos critérios de diferenciação

social e a aparição de novas tensões [no século XIV e XV]»; «A discussão em torno da estrutura do poder [nos séculos XIV e XV]»; etc. Estes títulos muito sintéticos bastam, portanto, só por si, para orientar a interpretação sem que o Autor se substitua ao estudante que analisa os textos e lhe tire a capacidade inventiva (no sentido de «descoberta»). Sendo a selecção muito vasta (cerca de 500 textos) e extremamente variada, cobre praticamente todas as possibilidades que se oferecem ao investigador e permite-lhe contactar com a realidade concreta em toda a sua riqueza e complexidade. Mostra da maneira mais eficaz em que bases se apoia a grande síntese histórica, permitindo ver, portanto, ao mesmo tempo, as suas limitações e incapacidades e a verdadeira amplitude do seu significado. A própria apresentação dos documentos na sua língua original (exceptuando o árabe), quer dizer o latim, o castelhano, o galego ou o catalão, se pode dificultar a utilização para o não iniciado, permite também contactar mais de perto com a realidade histórica. Com efeito, como diz o Autor, a tradução implicaria quase sempre a perda completa dos termos característicos de instituições, ou formas de pensamento e levaria a deixar de utilizar certos instrumentos necessários à investigação histórica, em particular a filologia.

Na selecção de textos, o Autor optou por certas prioridades de escolha, que podem ser discutíveis, mas não o são certamente mais do que o partido contrário. Assim, por exemplo, preferiu aumentar o número de documentos relativos aos séculos XI a XIII, e diminuir os dos séculos seguintes, porque nestas épocas se criaram poucas instituições e «esquemas de convivência» novos. Preferiu os documentos arquivísticos aos literários, porque aqueles são mais curtos e podem-se apresentar como unidades completas, enquanto estes têm necessariamente de se apresentar em fragmentos. Preferiu os testemunhos sobre a vida social e económica e reduziu os da vida cultural, porque o melhor veículo de expressão desta são os documentos gráficos ou literários que exigiriam outro tipo de selecção, possível apenas numa antologia expressamente dedicada à vida cultural.

Estou, naturalmente, de acordo com tudo isto. Não digo o mesmo da forma como realiza o seu propósito de não valorizar apenas o conteúdo dos documentos, enquanto exemplificadores do processo histórico, mas também o «próprio continente» através do qual ele é expresso. Por isso, diz o Autor, procurou «a valorização dos textos em si mesmos, de modo a permitir a quem os utiliza uma rápida familiarização com a forma como, tradicionalmente, se conservaram os testemunhos escritos no nosso passado» (p. 16). O propósito é, a meu ver, correcto, e mesmo tão importante que não bastaria a publicação dos documentos tanto quanto possível na sua integralidade, e uma citação completa do lugar onde se encontram publicados. Seria necessário também uma classificação de ordem tipológica, para não se colocar no mesmo pé de igualdade, por exemplo, um documento jurídico e uma fonte literária, uma genealogia ou um texto doutrinário. Com efeito, cada tipo de fontes reque uma abordagem específica e regras de crítica próprias. Seria importante fazer notar que o rigor da linguagem é maior nos documentos jurídicos

do que nas crônicas, o que se pode encontrar num cadastro populacional da época ou num foral, etc. Estes dados são indispensáveis para uma interpretação correcta dos documentos. Dever-se-iam, portanto, a meu ver, fornecer os elementos necessários para o leitor poder orientar-se neste campo, tantas vezes excessivamente descuidado pelos investigadores. Os cinco exemplos de análises e comentários fornecidos no princípio, como modelos de interpretação e aproveitamento, não são de modo algum suficientes, porque se trata, em todos eles de documentos de aplicação do Direito: duas doações, um acordo, uma carta de povoamento senhorial e uma ordem episcopal. Talvez numa futura edição desta obra tão útil e importante, se possam introduzir melhoramentos neste sentido, inspirando-se, naturalmente, na tipologia de fontes medievais dirigida por Léopold Genicot e publicada pelo Instituto de Estudos Medievais na Universidade de Lovaina.

De qualquer maneira, esta obra poderia servir de modelo a uma antologia semelhante para uso dos nossos estudantes universitários. Mesmo tendo em conta que ele revela uma maturidade historiográfica que o nosso País não alcançou ainda, não seria impossível atingir um resultado equivalente. A sua publicação constituiria um instrumento de grande valor para o nosso ensino universitário.

Gostaria, finalmente, de comentar o texto de García de Cortázar lido nas I Jornadas de Metodologia de Santiago de Compostela. Parece-me importante sublinhar o seu interesse como instrumento de iniciação metodológica para um plano de investigação numa área regional, uma vez que este âmbito regional é, como os estudos da escola francesa têm mostrado, um dos mais adequados para um avanço decisivo da historiografia medieval, e um dos que melhor se adaptam a ensaios académicos, sobretudo teses de doutoramento. Mesmo com algumas limitações, entre as quais duas ou três que apontarei, mesmo restringindo-se ao nível da economia rural, mesmo que não se concorde em absoluto com a enunciação dos problemas, parece-me que constitui um bom ponto de partida para investigações do tipo apontado.

Com efeito, revela um excelente conhecimento dos materiais disponíveis, dos indícios significativos para averiguar as questões mais importantes, da bibliografia em várias línguas, mas em particular em inglês e francês, de conhecimentos de outras disciplinas, em particular da geografia e pedologia, de economia rural e de demografia.

O método seguido pelo Autor para apresentar o seu esquema é o seguinte: Começa por reduzir os problemas gerais a três: 1) a evolução da paisagem rural na região considerada; 2) a distribuição do poder e as alterações que nele se produzem, em ordem, sobretudo, às formas de exploração da terra; 3) o mecanismo da criação de rendas e, eventualmente, da sua transferência a outros sectores da economia, regional ou extra-regional. Depois de enunciar brevemente as questões prévias do condicionalismo geográfico e de apontar para a necessidade de averiguar a(s) «forma(s) de convivência» dominante(s) na região, com as suas eventuais variações diacrónicas, o Autor consagra a maior parte do seu trabalho a descrever de que forma

evolue normalmente a economia de uma região em três períodos, cujos limites cronológicos são: 1) os séculos IX e X; 2) os séculos XI a XIII; 3) os séculos XIV e XV. Em cada época há, normalmente, determinados problemas que ele descreve com as variantes possíveis, e de uma maneira muito concreta. Assim, indica, por exemplo, as possíveis repercussões regionais do surto demográfico do século XI, das descobertas tecnológicas nesta época e na seguinte, da expansão comercial no século XIII e XIV, etc. E para cada problema dá a bibliografia fundamental e mais recente.

Do próprio resumo que acabamos de fazer se depreende que nem tudo é claro nem incontroverso. Assim, por exemplo, quando fala de «poder» e de «formas de convivência». Pode admitir-se que, tratando de economia rural, se deva entender pelo primeiro termo o poder económico. Mas através da comunicação parece deslizar para os domínios afins do poder político e da supremacia social, sem que a especificação do conceito o denuncie claramente. Quanto às «formas de convivência», expressão evidentemente vaga, diz numa nota (p. 34, nota 7) que a entende como «o marco totalizador em que se desenvolve uma comunidade, com a sua peculiar estrutura de poder e riqueza», definição em que parece haver reminiscências do conceito de «relações de produção» em Marx. Mas os exemplos que nessa mesma nota cita, apontam antes para sistemas socioculturais de base étnica. Com efeito, cita como exemplos de transformações de «formas de convivência» as produzidas pela Reconquista cristã na Península, pela invasão normanda na Inglaterra, pela expansão germânica para além do Elba. Mas admite também transformações do mesmo género provocadas por factores geológicos tais como a modificação da orla marítima ou um terramoto. Pergunta-se, pois, se a mudança de regime político, a introdução da moeda ou a transformação dos meios de produção por razões de ordem tecnológica, podem provocar também mudanças de «formas de convivência». Mas se se admite isto mesmo, não vejo a vantagem desta expressão sobre a expressão marxista «relações de produção», com um sentido muito preciso e a clara distinção nela implícita de infra-estrutura e superestrutura. A não ser que se queira dar uma coloração não marxista ao conceito de «relações de produção», o que traz necessariamente como consequência a confusão entre a ordem da infra-estrutura e a da superestrutura.

Também não sei como classificar a afirmação seguinte: «o segundo factor de produção [é] o *capital* que, no nosso estudo, aparece sob a forma de tecnologia (p. 41)». Ignoro se isto resulta de uma consciente ou inconsciente tentativa para conciliar os conceitos marxistas com os não marxistas. Mas se é assim, a conciliação tentar-se-ia justamente num dos aspectos menos controversos da economia política marxista, isto é, a distinção entre meios de produção e forças produtivas. Pela minha parte não vejo também qualquer vantagem, antes pelo contrário, em considerar a tecnologia como uma forma de «capital». Isto, de resto, não afecta o interesse do que o Autor diz a este propósito, pois passa a falar em termos concretos acerca das transformações tecnológicas dos séculos XI a XIII, sem se preocupar mais em definir a sua relação com

as relações técnicas ou sociais de produção. Estas críticas, que apontam para uma revisão que o Autor pretende fazer de alguns conceitos marxistas, não põem em causa a necessidade ou o interesse de os rever, pois estou de acordo com ele, que o marxismo dogmático é anticientífico. O que me parece é que os pontos escolhidos não são dos mais felizes, ou então, seria preciso uma exposição mais clara e elaborada, como é talvez o caso para o conceito de «formas de convivência».

Outros pontos controversos situam-se no nível dos factos e não no dos conceitos. Assim, por exemplo, quando diz que, até ao século XI, os grandes proprietários exploram predominantemente as suas terras por administração directa, e que só em meados do século XII se verifica o abandono maciço dessa forma de administração, que se tornaria quase universal em meados do século XIII. Pela minha parte parece-me que a evolução destas formas de exploração está muito longe de ser tão simples e linear. Se, pelo menos no Noroeste peninsular, se verifica um processo de colocação de escravos domésticos em explorações familiares em torno do ano mil, o que implica a restrição da exploração directa, esse mesmo processo começa muito antes, já desde o século X, e não exclui de modo algum a existência de largos espaços do domínio entregues igualmente a famílias de dependentes das quais pouco mais se exigia do que uma quota parte da produção. E, depois do século XII, se na mesma região se assiste a um incremento numérico de contratos agrícolas sob todas as formas — prazos, préstamos, *tradiciones*, enfiteuses —, isso não quer dizer que não tivesse havido, muitos casos de recuperação da exploração directa quer pelo desbravamento dirigido pelo senhor (ao modo cisterciense) quer pelo aumento das áreas de vinha e de pastoreio directamente controlados também pelo senhor, fenómenos bem conhecidos e descritos por Cortázar.

Outro ponto susceptível de discussão é o exagero da afirmação contida noutro passo em que se diz que só o aumento de rendimentos agrícolas, isto é o incremento da taxa de reprodução da semente, pode melhorar os benefícios do camponês (p. 49). Corresponde isto a esquecer que o camponês pode também aumentar os seus benefícios comercializando e transformando os bens que produz e de que pode dispor. Pois as restrições senhoriais à comercialização (do género do *relego*) não são gerais, não atingem todos os géneros e podem porventura ser contornadas; e a monopolização dos instrumentos de produção pelo senhor também não é tão geral como num esquema teórico do funcionamento do sistema feudal se pode supor. Para alguns camponeses existe mesmo outra fonte de rendimentos, que é o entrarem na ministerialidade do senhor, tornarem-se intermediários entre ele e os outros vilãos, o que para uma minoria deles constitui meio seguro de verdadeiro enriquecimento.

Deste e doutros factores característicos do sistema senhorial deduz o Autor que ele conduz a um debilitamento constante da situação do campesinato, o que, em termos globais é, naturalmente, verdadeiro. Não tanto, todavia, que não admita excepções. Dentro do próprio sistema senhorial aquelas mesmas que se podem constituir nos seus interstícios, abertos pelas possibi-

lidades de aumento de rendimento, na verdade restritas, que acabámos de apontar. Mas o mais importante não são essas excepções à regra. É a existência de zonas que escapam ao sistema, as de regime municipal, onde predomina a propriedade privada e onde pode existir, e até prosperar, uma burguesia rural. Já mais acima, ao discutir *La época medieval* me referi à tendência do Autor para esquecer esta realidade ou minimizar a sua importância. Além disso, pelo menos em Portugal (não sei o que se passa em Espanha), devem considerar-se eles admitem, mais do que as senhorias nobres e eclesiásticas, a possibilidade de aparecimento de uma burguesia rural. Aí, a pressão senhorial é menor, também à parte os domínios régios, mesmo os do Norte, cuja estrutura é evidentemente senhorial, pois como se vê comparando as cartas de foral dadas pelo rei com as dadas por nobres ou bispos e abades. Ora o Autor, pressupõe constantemente como único sistema possível num meio rural peninsular, o *senhorial*, o que, a meu ver, é reduzir demasiado o âmbito das hipóteses de trabalho.

Talvez por se mover quase só dentro do modelo senhorial, mesmo quando descreve os fenómenos provocados pela intensificação das relações comerciais e pela especialização da produção durante os séculos XIV e XV, Cortázar não faz qualquer referência à possibilidade de aparecerem em algumas regiões as primeiras manifestações de um proletariado agrícola, por ténues que sejam. São prenúncios tão importantes dos primeiros passos do futuro e ainda longínquo capitalismo agrícola, que não podem deixar de se analisar com o maior interesse. Há pelo menos um sector da produção em que existe já um verdadeiro proletariado, a pastorícia. Se esta tem alguma importância em Portugal a partir do século XIII, tem-na muito mais em Espanha, como se sabe.

Vistas assim em conjunto e separadamente da comunicação que lhes deu origem, estas críticas e divergências podem parecer destrutivas. Tenho, pois, de acentuar que elas não podem fazer esquecer aquilo que dizia ao princípio, isto é, que este texto de Cortázar tem um valor metodológico muito importante e do maior interesse para orientar os alunos mais adiantados dos cursos universitários, que dão os primeiros passos na investigação ou preparam as suas dissertações de licenciatura e doutoramento. Dada a escassez de orientações metodológicas da historiografia medieval na Península, esta comunicação é verdadeiramente importante e inovadora. Até ser substituída por outros trabalhos do mesmo género constitui um marco fundamental para o aprofundamento da investigação medieval, como de resto os outros trabalhos do Autor aqui analisados.

Em todos eles o valor pedagógico é da melhor qualidade e faz prever que a vizinha Espanha contará em breve com obras que a porão finalmente ao lado dos países mais desenvolvidos. Desde a publicação da já famosa síntese de G. Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval* em 1962, a qual excluiu a Península do seu âmbito pela quase total carência de trabalhos nesse sector, o caminho percorrido já é considerável. As perspectivas abertas pelas obras que aqui analisámos e por outras a que fizemos uma breve referência no princípio, são realmente promissoras.